

A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS (2013-2023)

Janaina Brito Carvalho

Universidade Federal do Amapá (janaina.brito.carvalho@gmail.com)

Antonia Costa Andrade

Universidade Federal do Amapá (antoniaunifap@gmail.com)

Orleans Silva Sousa

Universidade Federal do Amapá (orleans.mathema@gmail.com)

Adriana Cristina Furtado Idalino

Universidade Federal do Amapá (adrianaidalino@gmail.com)

Introdução do problema:

As escolas públicas brasileiras apresentam muitas dificuldades que influenciam no processo de ensino. São problemas que vão desde a estrutura física até a falta de recursos pedagógicos. Nessa perspectiva, a gestão democrática (GD) constitui-se num importante princípio para a administração pública pautada nos preceitos democráticos que tangenciam uma educação de qualidade.

O trabalho tem o objetivo de: *analisar como as produções científicas acerca da gestão democrática escolar (GDE) vêm se apresentando nos últimos dez anos, considerando os desafios e resistências para sua efetivação nas escolas brasileiras.* O estudo pautou-se na questão norteadora: *Como as produções científicas acerca da gestão democrática escolar vêm se apresentando nos últimos dez anos, considerando os desafios e resistências para sua efetivação nas escolas brasileiras?*

Este trabalho, é parte integrante de um estudo teórico de abordagem qualitativa, em que se propôs analisar as produções científicas do Portal de Periódicos da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Contudo, para este estudo apresentaremos parte dos dados obtidos na pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes.

Desenvolvimento:

Para o levantamento realizado no Portal de Periódicos da CAPES foi utilizado o descritor de busca “*gestão democrática escolar*”, aplicando-se os seguintes filtros: área;

educação; produções do tipo "artigo", "revisados por pares", idioma: "português" e, o período de "2013 a 2023" que corresponde aos últimos dez anos. Foram filtrados pela busca na base de dados quarenta e dois trabalhos. Entretanto, foram escolhidas vinte e quatro produções acadêmicas consideradas relevantes para esse estudo. O quadro abaixo evidencia o quantitativo de produções publicadas no Portal de Periódicos da CAPES no período de 2013 a 2023, por ano acerca da gestão democrática escolar:

Quadro 1 – Quantitativo de produção científica por ano sobre gestão democrática escolar (2013-2023)

Produções	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
			6	4	-	-	3	3	1	2	4
Artigos	1	1	5	4	-	-	3	3	1	2	4

Fonte: Portal de Periódicos CAPES (acesso em: 05/01/2024).

Elaboração: Quadro produzido pelos autores.

De acordo com as análises, pode-se perceber que o ano de 2015 teve o maior número de produções científicas que tiveram a GDE como foco do estudo. As produções, apontam como temática fundamental a descentralização, autonomia e participação dos agentes escolares como preceitos importantes para o desenvolvimento do processo de gestão democrática escolar. Dois artigos apontam que "a elaboração do Projeto Político Pedagógico" é aspecto fundamental para a efetivação da gestão democrática nas escolas.

No artigo "*O formato da gestão democrática em escolas brasileiras e portuguesas*" de Rosilania Macedo Silva, publicado no ano de 2015, a autora faz uma análise comparativa entre os textos legais vigentes homologados no Brasil e em Portugal, que tratam da gestão escolar. No entanto, todas as produções publicadas em 2015 evidenciam como foco as limitações da participação da comunidade para a efetivação da GDE.

Dentre as produções selecionadas, foi realizada uma categorização para a busca na plataforma. Desse modo, objetivou-se mapear que aspectos vêm sendo estudados em relação a GD nas escolas brasileiras. Para a análise da categorização foram considerados os seguintes aspectos: *título, resumo, palavras-chave, objeto de estudo e ano de publicação dos trabalhos*.

De acordo com o levantamento, destacamos as seguintes abordagens: "atuação do diretor", "participação" e "projeto político pedagógico" como as mais predominantes nos

estudos. Sobre a temática referente à atuação do diretor foram encontradas três produções enfatizando que a função diretiva não deve ser arbitrária no que tange a tomada de decisões na escola. Conforme Paro (2010) o diretor deve exercer suas funções de acordo com a lei, pois é ele quem responde, em última instância, pelo bom funcionamento da escola produzindo a construção coletiva dos direitos sociais e a garantia para uma educação de qualidade.

O artigo “*Gestão autônoma e democrática: um estudo nas escolas públicas municipais do Estado de Santa Catarina*” de Sullivan Desirée Fischer e Maria do Carmo Lessa Guimarães de 2016, expõe a maneira crítica e dialética como os fatores que contribuem e/ou condicionam a gestão autônoma e democrática que orbitam no cargo de diretor escolar (FISCHER, GUIMARÃES, 2016). Ainda sobre essa questão, os autores ressaltam que a eleição direta para o cargo de diretor escolar, configura um importante mecanismo para ampliar a participação na gestão escolar.

Na categoria “*participação*” fica evidente nas produções uma abordagem crítica sobre os estudos da democratização do ensino, elencando a “participação coletiva da comunidade” como fator primordial para a efetivação do processo de GDE.

O artigo intitulado “*A gestão democrática e o projeto político pedagógico na concepção do professor: um estudo de caso*” de Josiane Folletto Bianchin; Marta Roseli de Azeredo Barichello traz uma abordagem a respeito da participação no processo democratizado da escola. Em conformidade, Paro (2016) aponta que a participação dentro do processo democrático escolar deve considerá-lo no tocante à tomada de decisões, e não somente como “meio” para se chegar até elas.

A garantia da participação possibilitará eficiência para o processo educacional democratizado. De acordo com Shiroma e Santos (2014, p. 34) “Propõem-se que os pais assumam responsabilidades sobre a educação escolar dos filhos, cobrando, participando das atividades das escolas”.

Para a categoria “projeto político pedagógico (PPP)” destacamos o artigo “*Gestão democrática e projeto político pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos - BA*” de Raimunda Maria da Silva e Rodrigo da Silva Santos Cazumbá (2015). A pesquisa destaca aspectos que limitam a participação dos agentes escolares na construção do PPP.

Além das indicações apresentadas pelas produções analisadas, o que nos surpreendeu e despertou a certeza em realizar este estudo, foi a escassez de produções pautadas no tocante a implantação da GDE por meio da meta 19 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) - PNE - e dos Planos Estaduais de Educação no Brasil. Na análise de revisão de literatura realizada, não foi encontrado nenhum trabalho que tivesse este objeto central de estudo.

Nesse sentido, a GDE para ser efetivada deve considerar os instrumentos e preceitos a fim de garantir o processo democrático, apontando a autonomia e o trabalho coletivo na tomada de decisão no cotidiano escolar

Conclusões:

Por meio do estado do conhecimento realizado no Portal de Periódicos da CAPES, fica claro que a maioria dos trabalhos estão coerentes com a temática da GDE, e de que é possível por meio de sua implantação nas escolas brasileiras uma transformação no modo de gerir as instituições. Percebe-se, também, em algumas das produções analisadas, a contradição que os pesquisadores fazem em relação a gestão democrática, expressando incoerência, afirmando que esta é um modelo da gestão escolar. A respeito dessa evidência, mencionamos que na CF/88, em seu Art. 206 estabelece que a gestão democrática é um princípio da gestão pública.

Para tanto, consideramos importante buscar através dos estudos das pesquisas publicadas nos últimos dez anos, não só os anseios, mas também as perspectivas para a melhoria da educação, uma vez que, o Estado vem se mostrando defensor dos ideais neoliberais, transformando a escola em um espaço reprodutor dos princípios propostos pelos Organismos Internacionais.

Referências

FISCHER, Sullivan Desirée. GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa. **Gestão autônoma e democrática: um estudo nas escolas públicas municipais do Estado de Santa Catarina**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2016, Vol.11 (4), p.1814-1834.

PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano Antonio dos. *Slogans para a construção do consentimento ativo*. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Junqueira e Marin: Araraquara, 2014. p. 21-45.

SILVA, Rosilania Macedo. **O formato da gestão democrática em escolas brasileiras e portuguesas**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2015, Vol.10 (2), p.417-429.

SILVA, Raimunda Maria da. CAZUMBÁ, Rodrigo da Silva Santos. **Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos - BA**. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 2015, Vol.4 (8), p.17-28.